

ALIMENTAÇÃO



O PRESIDENTE LULA LANÇOU, NA QUARTA-FEIRA (16), O PROGRAMA ARROZ DA GENTE para estimular a produção e a formação de estoques do grão no país. Serão investidos cerca de R\$ 1 bilhão na iniciativa para a compra de até 500 mil toneladas do produto. O ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Paulo Teixeira, explicou que os parâmetros dos contratos de opção foram estabelecidos em parceria com os ministérios da Fazenda e da Agricultura. "Os contratos vão estimular a produção do arroz em até 500 mil toneladas, auxiliando a mitigar as perdas das safras de 2023 e 2024 devido à seca e às enchentes na Região Sul". O presidente Lula reafirmou o compromisso de tirar novamente o Brasil do Mapa da Fome, até 2026. **PÁGINA 6**

O setor de serviços recebeu 67,1% do total de investimentos externos

Brasil terá plataforma para investimentos

O Sudeste concentra o maior volume de filiais de empresas estrangeiras no Brasil, com 68,2% do total, seguido pelas regiões Sul, com 14,7% e Nordeste, com 8,7%

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) lançou nesta quarta-feira, 16, ferramenta que permite uma consulta de dados sobre Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) concretizados no Brasil e no mundo. A plataforma InvestVis oferece informações sobre fluxos e estoques desse investimento de longo prazo desde o início das séries históricas. O vice-presidente, Geraldo Alckmin, classificou o InvestVis como "muito útil" tanto para direcionar ações do Poder Público quanto da iniciativa privada para que continue se ampliando os investimentos no Brasil. Segundo a secretária-executiva da Camex, Marcela Carvalho, a plataforma é uma no-

vidade em relação ao que se tem disponível atualmente. "Embora os dados de Investimento Estrangeiro Direto sejam públicos, a utilização desses dados não é trivial para a maioria dos usuários. Com a consolidação dos dados em um único lugar, e a simplificação do acesso e visualização, espera-se que essas informações sejam muito mais disseminadas, permitindo seu uso para aprimorar políticas públicas e decisões do setor privado". A plataforma ainda permite identificar, por exemplo, que, ao longo das últimas décadas, houve mudanças na dinâmica dos investimentos mundiais. As economias desenvolvidas que, em 1990, recebiam 83,6% de todos os investimentos, passaram ao percentual de 34,8%, em 2023. **PÁGINA 2**

DOAÇÕES

CCJ do Senado aprova redução de impostos

A CCJ do Senado aprovou o projeto de lei que cria a Política Nacional de Combate à Perda e ao Desperdício de Alimentos. O texto prevê o aumento de 2% para 5% na dedução da base de cálculo da CSLL dos supermercados que doarem alimentos. **PÁGINA 7**

LAVA JATO

Gonet arquiva apuração de apropriação de dinheiro

O procurador-geral da República Paulo Gonet pediu ao ministro Dias Toffoli, do STF, o arquivamento de uma apuração sobre a "eventual apropriação indevida de recursos públicos" pela Transparência Internacional. **PÁGINA 6**

GUERRA



Caças israelenses atacam os subúrbios no sul de Beirute

Jatos israelenses atingiram os subúrbios do sul de Beirute. Pelo menos cinco pessoas morreram após o ataque, incluindo prefeito de Nabatieh, Ahmad Kahil. Uma hora antes do ataque o exército israelense havia emitido uma ordem de esvaziamento para a região. **PÁGINA 5**

VENDAS



A STELLANTIS REGISTROU 1.148 UNIDADES DE VEÍCULOS ENTREGUES NO TERCEIRO TRIMESTRE DESTE ANO, uma queda de 20% em comparação ao mesmo período do ano passado. O declínio foi maior do que a queda nas vendas no período, de 15%, e foi ocasionado por "impactos temporários" de mudanças no portfólio de produtos e iniciativas para reduzir estoques de vendedores. **PÁGINA 4**

META FISCAL



Haddad: governo fará anúncios sobre a revisão de despesas

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que o governo fará os anúncios sobre a revisão de gastos quando tudo estiver alinhado, mas confirmou que essa é uma agenda prioritária para o final deste ano. "Uma informação truncada prejudica um cidadão ao invés de ajudar". **PÁGINA 2**

IBOVESPA 131.749,72 ↑ 0,54%

Mais Negociados

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
PDG REALT ON NM	0,01	0,00%	0,00
HAPVIDA ON ATZ NM	3,86	+0,26%	+0,01
BRADESCO PN N1	15,10	-0,33%	-0,05
B3 ON NM	10,98	+1,29%	+0,14
ITAUSA PN N1	10,58	-0,28%	-0,03

Maiores Altas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
JOAO FORTES ON	0,29	+16,00%	+0,04
VALID ON NM	23,07	+10,86%	+2,26
KARSTEN ON	19,50	+8,33%	+1,50
BLAU ON NM	14,290	+8,26%	+1,090
VIVEO ON NM	1,990	+8,15%	+0,150

Maiores Baixas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
SEQUOIA LOG ON NM	3,050	-14,80%	-0,530
SANSUY ON	11,30	-11,37%	-1,45
ESTRELA PN	3,41	-8,58%	-0,32
TELEBRAS ON	13,99	-5,28%	-0,78
OI PN N1	10,25	-5,00%	-0,54

BOLSAS NO MUNDO

	FECHAMENTO	%
DOW JONES	43.077,70	+0,79%
S&P 500	5.842,47	+0,47%
NASDAQ	18.367,08	+0,28%
DAX 30	19.432,81	-0,27%
FTSE 100	8.329,07	+0,97%
IBEX 35	11.996,70	+0,56%

DÓLAR COMERCIAL

COMPRA	VENDA	%
5,664	5,664	↑ 0,14%

PESO

COMPRA	VENDA	%
0,006	0,006	↓ -0,04%

EURO

COMPRA	VENDA	%
6,150	6,150	↓ -0,13%

LIBRA

COMPRA	VENDA	%
7,352	7,356	↓ -0,31%

OURO

BM&FBovespa/Grama	Comex NY/Onça
R\$ 490,32	2.674,4

CUSTOMIZAÇÃO

Governo lança plataforma para consulta de IED

Os interessados poderão explorar dados complexos de maneira simples, com a possibilidade de customização

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) lançou nesta quarta-feira, 16, ferramenta que permite uma consulta de dados sobre Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) concretizados no Brasil e no mundo. A plataforma InvestVis, de acordo com a Pasta, oferece informações sobre fluxos e estoques desse investimento de longo prazo desde o início das séries históricas.

O instrumento consolida dados de fontes primárias diversas, como da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad), do International Trade Centre (ITC) e do Banco Central brasileiro. Sua atualização depende, portanto, das atualizações dessas bases originárias, observou o MDIC.

"A interface de visualização permite que os interessados explorem informações complexas de maneira simples, com a possibilidade de customização por parte do usuário em termos dos filtros possíveis, como período de análise, países de interesse e investimentos por unidade da federação e até por cidades", disse o Ministério.

O vice-presidente e ministro da Pasta, Geraldo Alckmin, classificou o InvestVis como "muito útil" tanto para direcionar ações do Poder Público quanto da iniciativa privada para que continue se ampliando os investimentos no Brasil. Segundo a secretária-executiva da Câmara de Comércio Exterior (Camex), Marcela Carvalho, a plataforma é uma novidade em relação ao que se tem disponível atualmente.

"Embora os dados de Investimento Estrangeiro Direto sejam públicos, a utilização desses dados não é trivial para a maioria dos usuários. Com a consolidação dos dados em um único lugar, e a simplificação do acesso e visualização, espera-se que essas informações sejam muito mais disseminadas, permitindo seu uso para aprimorar políticas públicas e decisões do setor privado", disse a secretária da Camex, órgão que foi responsável pela construção da plataforma.

O ITC aponta que o estado de São Paulo concentra 49,8% das empresas estrangeiras no Brasil, com 5.965 filiais. Na sequência, estão Rio de Janeiro e Minas Gerais, com 9,8% (1.169 filiais) e 7% (840), respectivamente.

De acordo com o mesmo Investment Map, o Sudeste concentra o maior volume de filiais de empresas estrangeiras no Brasil, com 68,2% do total, seguido pelas regiões Sul, com 14,7%; Nordeste, com 8,7%; Cen-



"O InvestVis é muito útil para direcionar as ações do Poder Público"

Marcelo Camargo - Agência Brasil

ARCABOUÇO

Haddad afirma que governo fará anúncios sobre a revisão de gastos

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que o governo fará os anúncios sobre a revisão de gastos quando tudo estiver alinhado, mas confirmou que essa é uma agenda prioritária para o final deste ano. Ele reiterou que a calibragem das ações será feita para caber no arcabouço fiscal e que não comentará medidas que são ventiladas, como mudanças na multa do FGTS e alterações no seguro-desemprego, porque explicar exercícios ainda em desenvolvimento técnico pode gerar mais confusão.

Ele destacou que o arcabouço já prevê uma limitação para o avanço de despesas, cujo teto é de 2,5%, e que é preciso encontrar um caminho para que "a soma das partes caiba no todo". "As pessoas ficam cobrando anúncios. Nós faremos isso quando o governo estiver todo alinhado em relação aos propósitos. É até injusto pedir para a Simone (Tebet, ministra do Planejamento) anunciar uma coisa que ainda tem que (ser finalizada)... Agora, o que está traçado daqui para o final do ano é que essa agenda seja prioritária", disse, também destacando a tramitação de projetos como o PL do Seguros.

Questionado sobre a possibilidade de mudanças nas regras do FGTS, para permitir o uso de parte da multa de 40% em caso de demissão para o financiamento do seguro-desemprego, Haddad disse que não discutiria a questão técnica. "Hoje mesmo eu passei a manhã refazendo essas contas que os técnicos estão fazendo. Para que o modelo estivesse redondo, como aconteceu com o arcabouço fiscal", disse.

Para Haddad, a discussão sobre o arcabouço teve um "drama", especialmente no início do ano passado, com especulação e oscilação cambial. "Uma informação truncada prejudica um cidadão ao invés de ajudar", disse. É essa situação que ele pretende evitar na atual discussão sobre revisão de gastos.

Segundo o ministro, a discussão está avançada, mas não há um pacote. "É um desenho de propostas consistentes para que o arcabouço fiscal tenha vida longa, que é o que nós precisamos garantir nesse momento: vida longa ao arcabouço

fiscal para que não parem mais incertezas sobre a trajetória das finanças públicas do Brasil", disse.

Esse movimento terá o potencial de dissipar a "confusão" que está acontecendo. "Exatamente o que aconteceu ano passado. Ano passado ficou aquela coisa, até a gente lançar o arcabouço fiscal. Quando a gente lançou, o dólar caiu, o juro caiu. Até o Banco Central começou a baixar o juro, a contragosto, mas baixou. E é assim que vai acontecer. Nós estamos terminando o trabalho. Nunca fugi das perguntas de vocês", disse, reiterando que os anúncios só serão feitos quando tudo estiver pronto.

Haddad apenas adiantou que as alterações podem incluir mudança constitucional. Em relação ao tamanho do impacto fiscal, que já foi aventado entre R\$ 30 bilhões e R\$ 50 bilhões, o ministro não fixou uma cifra. "Será o suficiente. Vamos calibrar as variáveis dinâmicas do gasto para caber no arcabouço e seguir a vida com juros mais baixos, crescimento e geração de emprego. Estamos trabalhando. Vamos afastar os fantasmas que estão hoje na imprensa (sobre arcabouço)", disse.

A reunião com o presidente Lula ocorreu a pedido da Febraban para que a instituição pudesse apresentar sua visão sobre a conjuntura econômica e outros temas. Além de Haddad, estavam presentes o ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha; o presidente-executivo da Febraban, Isaac Sidney; e os presidentes dos maiores bancos privados do país - Itaú, Bradesco, Santander e BTG.

Durante o encontro, Lula deu aval para o debate sobre as causas que fazem com que os juros bancários sejam tão elevados no país. A pedido da Febraban, ainda em outubro, deve ser instalado um grupo de trabalho no Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS), o Conselho, que reúne representantes de diversos segmentos da sociedade.

"Percebemos que é um firme compromisso do governo em avançar na busca efetiva do equilíbrio fiscal, para que as despesas possam, não só caber dentro do orçamento, mas para que possa se equilibrar, para que nós possamos ter uma trajetória de equilíbrio das despesas."



"A discussão sobre o arcabouço teve um drama, especialmente em 2023"

Jederson Alves - Agência Brasil

tro-Oeste, com 5,5%; e Norte, com 3%.

No mundo a aba internacional da plataforma indica que os Estados Unidos são o maior investidor e também o maior receptor de fluxos de investimentos estrangeiros diretos.

Já a China aumentou em quase oito vezes o investimento recebido entre 1990 e 1993 e saiu da 12ª colocação para a segunda posição no ranking mundial. Colocação mantida atualmente, no recebimento de investimentos estrangeiros. Somente em 2020, a China alcançou o primeiro lugar no destino de investimentos no mundo.

A plataforma ainda permite identificar, por exemplo, que, ao longo das últimas décadas, houve mudanças na dinâmica dos investimentos mundiais. As economias desenvolvidas que,

em 1990, recebiam 83,6% de todos os investimentos, passaram ao percentual de 34,8%, em 2023. Em contrapartida, as economias em desenvolvimento, que receberam 16,4% dos IED em 1990, passaram a representar 65,2% do fluxo de entrada de IED, em 2022.

Em relação a dados nacionais, a plataforma InvestVis aponta que, em 2023, o Brasil esteve entre os cinco países que mais receberam investimentos estrangeiros diretos.

O setor de serviços recebeu 67,1% do total de investimentos externos. E a indústria foi responsável por 18,2% dos valores investidos.

No ano passado, os Estados Unidos (EUA) foram o país que mais investiu no Brasil, com 25,8% dos recursos que entram no país. Em seguida, aparecem Países Baixos (13,3%) e Reino

Unido (11,1%).

A ferramenta pode ser acessada pelo seguinte endereço na internet: <https://www.gov.br/mdic/pt-br/assuntos/camex/investimentos-estrangeiros/investvis>

O mercado de capitalização deve atingir arrecadação da ordem de R\$ 32 bilhões em 2024. De acordo com a Federação Nacional de Capitalização (FenaCap), nos sete primeiros meses do ano, o setor arrecadou R\$ 17,9 bilhões, volume 6% maior que o do mesmo período do ano passado.

"Estamos estimando chegar a uns R\$ 32 bilhões, o que vai ser recorde no ano", disse o presidente da FenaCap, Denis Moraes, em coletiva de imprensa realizada nesta quarta-feira. Neste ano, o setor chegou a R\$ 40 bilhões em reservas técnicas.

A maior parte da arrecada-

ção até julho, ou R\$ 13 bilhões, foram nos títulos tradicionais. Outros R\$ 1,9 bilhão foram arrecadados em títulos que são utilizados como instrumentos de garantia em determinadas operações. Este é um filão em que o setor tem investido, para atingir novos públicos.

Além de instrumentos de garantia locatícia, que ganharam impulso com a criação de plataformas online de aluguel de imóveis, a FenaCap vê enorme potencial no uso da capitalização como garantia de crédito, que era possível anteriormente, mas que foi incluído em lei neste ano. "Agora as empresas entram como colocar isso 'no ar'", disse Moraes.

A regulamentação do uso da capitalização e da previdência privada como garantia em operações de crédito foi publicada no mês passado.

O setor de capitalização espera quase triplicar o faturamento anual nos próximos cinco anos. A ideia é explorar o potencial dos produtos atuais e ampliar a presença no mercado dos títulos que servem como garantia para outras operações.

"O mercado pode chegar perto de R\$ 100 bilhões em arrecadação em 2028, e ultrapassar os R\$ 100 bilhões em reservas", disse Moraes.

A FenaCap prevê que a arrecadação da capitalização chegará a R\$ 91 bilhões em 2028, e as reservas técnicas, a R\$ 111,4 bilhões. Nos sete primeiros meses deste ano, os números das reservas técnicas foram de R\$ 40 bilhões.

As estimativas são parte de um estudo da FenaCap, feito para subsidiar as empresas do setor sobre possíveis vias de crescimento para os próximos anos.



SECA



Ministro descarta volta do horário de verão este ano

Silveira afirmou que a discussão da necessidade de retomada da política foi iniciada em razão da pior seca vivida pelo País desde 1950

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, informou nesta quarta-feira, 16, que o governo concluiu que não há necessidade de retomada do horário de verão para este ano. Contudo, conforme o ministro, está mantida a possibilidade da volta da política a partir do próximo ano, o que dependerá de análise posterior.

Ele afirmou que a discussão da necessidade de retomada da política foi iniciada em razão da pior seca vivida pelo País desde 1950. "Graças a medidas ao longo do ano, conseguimos chegar com os reservatórios com índices de

eficiência", disse.

Sob o ponto de vista da segurança energética, o adiamento dos relógios em uma hora é justificado pela necessidade de redução de consumo no horário de ponta. Em tese, as pessoas podem ter um melhor aproveitamento da luz natural.

Essa política geralmente era adotada no mês de outubro de cada ano, até fevereiro do ano seguinte. Tendo em vista o cenário hidrológico desfavorável do momento, com o acionamento mais frequente de termelétricas, mais caras, o retorno do horário de verão chegou a ser apontado como uma realidade "premente" pelo ministro Silveira, em manifes-

tação pública.

Em setembro, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) divulgou uma nota técnica avaliando que a volta dessa política poderia trazer maior eficiência ao Sistema Interligado Nacional (SIN), especificamente no atendimento entre 18 horas e 20 horas. É nesse período que o sistema fica mais pressionado.

No início de setembro, interlocutores do governo apontavam que o retorno do horário de verão não seria imediato. Isso porque as autoridades do setor elétrico já estão adotando outras medidas para aumentar a confiabilidade do sistema.

Em relação à redução da demanda em horário de ponta,

há o programa Resposta da Demanda (RD) - quando grandes consumidores apresentam ofertas de redução de demanda em troca de uma remuneração.

Um processo competitivo foi realizado na terça-feira. As empresas vencedoras serão contratadas por um período de três meses, de novembro a janeiro, e receberão uma receita fixa mensal. Em troca, deverão estar disponíveis para reduzir sua demanda de energia elétrica quatro vezes por mês, por períodos de quatro horas, entre 18 horas e 22 horas, nos dias úteis.

Silveira falou com setores empresariais antes de tomar a decisão. Representantes das

companhias aéreas se manifestaram sobre a necessidade de ao menos seis meses para adaptação de seus sistemas à mudança do horário.

Ainda, porque setores como o das companhias aéreas dizem ser necessário um período de ao menos seis meses para adaptação de seus sistemas.

No mês passado, o CEO da Azul, John Rodgers, disse em coletiva que o possível retorno do horário de verão teria impacto no planejamento de voos. Para o executivo, seriam necessários 45 dias, no mínimo, para a reprogramação.

A política era aplicada nos seguintes Estados: Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande

do Sul, Santa Catarina, Paraná, Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e também no Distrito Federal. O horário de verão tem melhor eficácia nos locais do país mais distantes da Linha do Equador.

Na gestão de Jair Bolsonaro, o Ministério de Minas e Energia (MME) identificou uma "naturalidade" dos efeitos do horário de verão, em função das mudanças de comportamento.

Foi verificada intensificação do uso de equipamentos como ar-condicionado, o que teria anulado os efeitos de um melhor aproveitamento da iluminação natural e redução no consumo de energia, segundo a gestão da época.

DIVERGÊNCIAS

Lula retira a urgência do projeto sobre auxílio gás

Diante do impasse entre os ministérios da Fazenda e de Minas e Energia sobre o novo formato proposto para o Auxílio Gás, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva enviou ao Congresso Nacional o pedido de retirada de urgência do projeto que altera o benefício.

O presidente quer mais tempo para amadurecer a discussão internamente. Pelo texto enviado ao Congresso, a Caixa Econômica Federal poderia receber o dinheiro do programa diretamente das empresas de petróleo.

A Fazenda alertou para o risco de fraude e de despesas serem classificadas como irregulares no novo desenho do Auxílio Gás. "O modelo de descontos diretos pode gerar incentivo a fraudes na política pública, a exemplo da revenda de botijões por beneficiários ou da existência de operações fictícias entre revendedores e beneficiários", diz uma nota técnica da Secretaria de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda elaborada no dia 23 de agosto, três dias antes de o projeto ser anunciado.

Após o envio do projeto, o Ministério da Fazenda admitiu preocupações e passou a defender correção de "eventuais erros". O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que o formato seria revisto para trazer as despe-

sas para dentro do Orçamento. Até o momento, porém, não houve essa correção.

O mercado de gás brasileiro deve sentir só no médio ou longo prazo os impactos do decreto do programa "Gás para Empregar", publicado pelo governo no fim de agosto. A efetiva redução de preços, contudo, não é certa.

José Mauro Coelho, sócio fundador da Aurum Tank e ex-presidente da Petrobras, aponta que a regulamentação demanda um processo que leva dois anos aproximadamente, incluindo elaboração de nota técnica, avaliação de impacto regulatório, consulta pública, audiência pública, entre outras ações.

Coelho também lembra que a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do Brasil (ANP) ainda não conseguiu regulamentar todos os pontos previstos na chamada Nova Lei do Gás (nº 14.134/2021) e, na fila do regulador, também está a lei batizada de "Combustível do Futuro".

"Cada vez mais a ANP passa a ter novas atribuições e com um corpo técnico mais reduzido. Agora vem o decreto. É uma agenda regulatória imensa. No rito regulatório da ANP, hoje, você não constrói nenhuma regulação nova com menos de dois anos", pondera Coelho.

A Thymos Energia, consultoria especializada no setor de

energia, analisa que medidas regulatórias a partir do decreto serão implementadas gradualmente e uma eventual redução de preços não será imediata.

A empresa verifica, por outro lado, que o novo decreto introduz "mudanças importantes" em diversos segmentos da cadeia do gás, seja produção, escoamento e processamento, até chegar ao transporte. "A medida tem o objetivo de aumentar a oferta do insumo no mercado brasileiro e reduzir os preços para o consumidor final", diz a Thymos.

Há previsão de aumento da oferta de gás natural em 50 milhões de metros cúbicos por dia a partir de três empreendimentos: Rota 3, projeto Sergipe Águas Profundas, e Projeto Raia (Bacia de Campos). A estimativa foi feita pelo diretor Técnico-Comercial da Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (Abegás), Marcelo Mendonça.

Esses empreendimentos já estão em andamento, independentemente do decreto do governo. Porém, Mendonça lembra que o texto traz novas atribuições para a atuação da ANP, o que poderia resultar no aumento da oferta do gás.

"A força do decreto está na fiscalização, em que a ANP possa fiscalizar se esse gás chega realmente para o mercado. Porque



O presidente Lula quer mais tempo para amadurecer a discussão internamente, antes de tomar uma decisão

já não é uma questão de infraestrutura", afirmou o diretor, em relação à inauguração do Rota 3 em setembro e o aumento da capacidade de escoamento interno do gás.

Pelo texto do governo, a ANP também pode promover a devida regulamentação dos "elos da cadeia" de abastecimento para estruturar o ambiente concorrencial pela venda do gás natural, de seus derivados e do biometano, bem como pro-

mover ações para "assegurar a transparência na formação de preços e identificar os custos".

"Há ações impositivas da ANP em relação ao mercado e tenho dúvida se essas medidas vão realmente funcionar, ou se vão ser questionadas judicialmente", avaliou José Mauro Coelho.

Um dos pontos de atenção é a redução do nível de reinjeção do gás - uma técnica que contribui para manter a pressão dos reservatórios e melho-

rar a extração de petróleo, mas que, na prática, reduz a oferta efetiva do gás.

O texto do decreto dá permissão para que a ANP defina a quantidade de gás que será reinjetada. Com a limitação da reinjeção, o aumento da oferta poderá ser verificado. Porém, há ponderações do setor sobre o quanto essas determinações podem afetar os projetos das operadoras, resultando em insegurança jurídica.

MODELOS

FMI afirma que BCs devem ajustar a política monetária

O Fundo disse que as estruturas de política monetária dos bancos centrais precisam de modelos aprimorados para avaliar as forças inflacionárias

Os bancos centrais devem ajustar os seus instrumentos de política monetária para lidar com eventual descontrolo da inflação no futuro, sugere o Fundo Monetário Internacional (FMI), em estudo publicado nesta quarta-feira, 16. O organismo, com sede em Washington DC, recomenda que as autoridades revisem os modelos utilizados e façam um monitoramento de dados mais segmentado e frequente para dosar melhor a resposta na luta contra o salto dos preços.

“As estruturas de política monetária dos bancos centrais precisam de modelos aprimorados e melhores dados setoriais para avaliar as forças inflacionárias subjacentes, aperfeiçoar as previsões e orientar o ajuste fino das respostas dadas”, dizem os autores do estudo do FMI, Jorge Alvarez, Alberto Musso, Jean-Marc Natal e Sebastian Wende.

O documento integra o relatório de perspectiva econômica mundial (WEO, na sigla em inglês), que será publicado na íntegra, na próxima semana, como parte das reuniões anuais do organismo, que acontecem em Washington DC. O objetivo dos autores foi analisar lições novas e antigas do recente aumento da inflação na esteira da covid-19 e que seguiu uma interrupção única na economia global para a política monetária.

Eles lembram que os BCs deram diferentes respostas na mais recente luta contra os preços. Citam, por exemplo, o Brasil e países como Chile e México que começaram a subir os juros antes de outras jurisdições, em especial, as economias desenvolvidas. Por outro lado, a Ásia deu uma resposta



FMI: os BCs deram diferentes respostas na mais recente luta contra os preços, como foi o caso do Brasil, que começou a subir os juros antes de outras jurisdições

mais moderada, enquanto os Estados Unidos ajustaram sua política monetária mais tarde.

Segundo os autores, o aperto da política pode ser particularmente eficaz para reduzir rapidamente a inflação com custos de produção limitados. No entanto, quando os gargalos ocorrem em setores específicos com preços relativamente flexíveis, como commodities, por exemplo, elevar os preços ainda é a melhor saída.

“Gargalos de oferta generalizados podem apresentar aos bancos centrais uma compensação favorável ao enfrentar um aumento na demanda”, dizem Alvarez, Musso, Natal e Wende.

Os autores do estudo do FMI alertam, porém, que o aperto excessivo da política monetária pode ser contraproducente, levando a uma contração econômica custosa e à má alocação de recursos. E, diante disso, sugerem que as estruturas de política monetária devem identificar as condições sob as quais a elevação das taxas de forma antecipada é apropriada.

Um primeiro passo é a coleta de dados de forma mais

frequente, isso inclui preços por setores e sinais de restrições de oferta para determinar se os principais segmentos econômicos estão esbarrando em gargalos de oferta. Além disso, entender fatores estruturais, como a forma que diferentes setores definem os preços e as ligações entre eles, fornecerá percepções valiosas adicionais, dizem os autores.

Essas recomendações são oportunas, afirmam, considerando que vários bancos centrais planejam revisar as suas estruturas de política nos próximos meses. “Essas revisões

apresentam uma oportunidade de incorporar cláusulas de escape bem definidas em suas estruturas para lidar com pressões inflacionárias”, recomendam.

Alvarez, Musso, Natal e Wende afirmam que os forward guidances dos BCs, ou seja, suas projeções futuras, devem internalizar essas cláusulas de escape. Por fim, avaliam, essa flexibilidade adicional deve permitir que as autoridades estejam mais bem preparadas no futuro e protejam a sua credibilidade conquistada com ‘muito esforço’.

CLASSIFICAÇÃO



Teixeira defende substituição

Ministro elabora programa para redução do uso de agrotóxicos

O ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Paulo Teixeira, disse que o Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (Pronara) está em fase de elaboração. A implementação do Pronara está prevista no Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), lançado nesta quarta-feira, 16, no Palácio do Planalto.

“O objetivo é substituir aqueles agrotóxicos altamente tóxicos, altamente perigosos, mapeá-los e fazer um programa que envolva a Embrapa, envolva as universidades, envolva as empresas, de substituição desses agrotóxicos por bioinsumos”, explicou Teixeira a jornalistas após a cerimônia no Palácio do Planalto.

O Pronara consta do Planapo como um objetivo de construção de “programa de redução de uso de agrotóxicos”. A estratégia do governo federal, segundo Teixeira, é reduzir o uso de agroquímicos de alta periculosidade e alta toxicidade - classificação que é feita pela Anvisa.

O Pronara foi elaborado em 2014, mas não foi implementado até hoje com discordância do setor produtivo e da indústria de defensivos. A decisão de incluir o Pronara no Planapo foi do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A inclusão da estratégia de redução do uso dos agroquímicos causou divergência entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) e o Ministério da Agricultura. A Agricultura havia apresentado veto ao Pronara por “questões técnicas”.

O tema chegou ao Palácio do Planalto e foi consenso entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e os ministros no último mês. Nesta quarta, o Planapo foi assinado pelo ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, ministro do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, e do Desenvolvimento Social, Wellington Dias, além de Teixeira.

“Tudo está consensuado no governo. O Pronara está esperando o fechamento para sair a portaria”, disse Teixeira.

Ele afirmou que os agrotóxicos que serão alvo do programa serão definidos a partir da portaria que institui o programa, assim como os estímulos e apoio financeiro que serão dados para a substituição dos agroquímicos por bioinsumos pelos produtores rurais. “O presidente bateu o martelo e agora iremos fechar a portaria que institui o programa. Cada um que tiver um similar disponível, será proibido. Essa é a proposta”, acrescentou o ministro do MDA. Ele não detalhou metas ou prazos de redução do Pronara.

Também na coletiva, o ministro da Secretaria Geral da Presidência, Márcio Macêdo, que coordenou o Planapo, afirmou que os agrotóxicos a serem reduzidos pelo Pronara são os químicos já proibidos na Europa e com comercialização liberada no Brasil.

“Isso atenta contra a saúde do nosso povo. Vamos nos debruçar nisso, sem nenhum tipo de caça às bruxas nem nenhuma perseguição. Apenas fazendo um estudo, um debate na sociedade, para ser um processo de substituição na direção de uma alimentação saudável”.

MUDANÇAS NO PORTFÓLIO

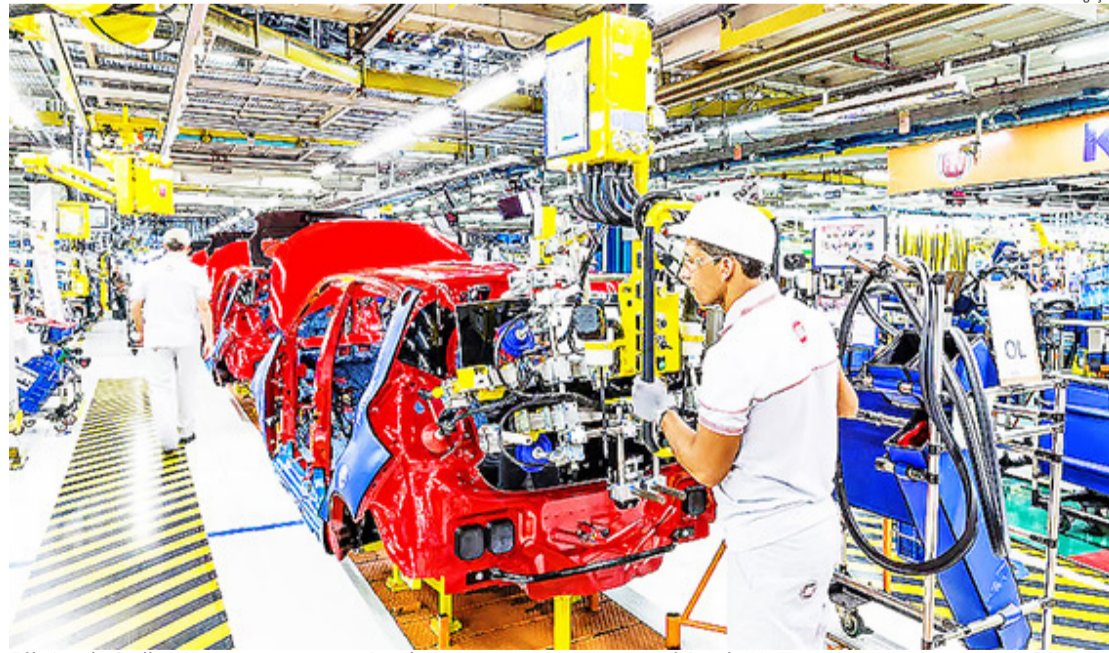
Stellantis aponta queda nas entregas de veículos

A Stellantis registrou 1.148 unidades de veículos entregues no terceiro trimestre deste ano, uma queda de 20% em comparação ao mesmo período do ano passado. O declínio foi maior do que a queda em vendas no período, de 15%, e foi ocasionado por “impactos temporários” de mudanças no portfólio de produtos e iniciativas para reduzir estoques de vendedores, segundo relatório divulgado pela empresa nesta quarta-feira, 16.

O grupo automotivo, que reúne marcas como Fiat, Peugeot, Citroën e Chrysler, destacou que apenas na América do Norte, as remessas recuaram 36% no trimestre.

Horas após a publicação do relatório, a Moody's alterou a perspectiva dos ratings da Stellantis, de estável para negativa, citando a fraqueza de seus negócios nos Estados Unidos e na Europa, além da “gravidade de um recente alerta de lucro” emitido pela empresa.

A Stellantis está iniciando uma prática de publicação de estimativas globais trimestrais consolidadas de remessas e fornecendo comentários sobre tendências comerciais relacionadas.



Fábrica da Stellantis: o grupo automotivo destacou que apenas na América do Norte, as remessas recuaram 36%

O termo remessas descreve volumes de veículos entregues aos revendedores, distribuidores ou diretamente da empresa para clientes de varejo e frotas, que impulsionam diretamente o reconhecimento de receita.

Na América do Norte, as remessas caíram aproximadamente 170 mil unidades, das quais mais de 100 mil unidades

relacionadas a cortes de produção pré-anunciados destinados a reduzir o estoque do revendedor, bem como lacunas no portfólio de produtos à medida que o grupo faz a transição para novas ofertas multienergéticas com nova geração de produtos a serem lançados, começando no final de 2024 com o Dodge Charger Daytona e o Jeep Wagoneer S.

No entanto, as vendas nos EUA para clientes finais apoiaram aumentos de participação de mercado mês a mês durante o terceiro trimestre de 7,2% em julho para 7,9% em agosto e 8,0% em setembro, enquanto o estoque foi reduzido em 50 mil unidades (-11,6%) em comparação ao final do trimestre

anterior.

Na Europa ampliada, as remessas das fábricas foram aproximadamente de 100 mil unidades, valor menor do que no ano anterior, devido principalmente ao atraso no lançamento de produtos baseados em sua plataforma Smart Car, incluindo o Citroën C3 (que começou a ser entregue em setembro).

A perspectiva para novos lançamentos de produtos europeus é forte, com pedidos de 50 mil unidades para o novo Citroën C3 e 80 mil unidades para o novo Peugeot 3008, por exemplo. No “Terceiro Motor” da Stellantis, as remessas permaneceram inalteradas, já que os aumentos na América do Sul compensaram os declínios no Oriente Médio e África, China e Índia e Ásia-Pacífico.

As remessas consolidadas incluem apenas as remessas das subsidiárias da empresa, que representam veículos novos faturados a terceiros (concessionárias/importadores ou clientes finais).

Os volumes de remessas consolidadas para o terceiro trimestre de 2024 apresentados não foram auditados e podem ser ajustados. Os números finais serão fornecidos no relatório oficial de receita/remessas. Os analistas devem interpretar esses números com o entendimento de que são preliminares e sujeitos a alterações. O “Terceiro Motor” se refere à agregação dos segmentos América do Sul, Oriente Médio e África e China e Índia e Ásia-Pacífico.

HEZBOLLAH

Caças de Israel atacam subúrbios em Beirute

Israel disse estar atacando ativos do Hezbollah nos subúrbios, mas a região também é uma área residencial e comercial movimentada



Israel ataca o sul de Beirute: com o aumento da intensidade das trocas de tiros, o sofrimento civil está atingindo "níveis sem precedentes"

Atos israelenses atingiram os subúrbios do sul de Beirute nesta quarta-feira, 16, pela primeira vez em seis dias, informou a mídia estatal libanesa. Pelo menos cinco pessoas morreram após o ataque, incluindo prefeito de Nabatieh, Ahmad Kahil.

Uma hora antes do ataque o exército israelense havia emitido uma ordem de esvaziamento para a região. "Vocês estão localizados perto de instalações e interesses afiliados ao Hezbollah, contra os quais as IDF (Forças de Defesa de Israel) agirão num futuro próximo", escreveu o porta-voz militar israelense, Avichay Adraee, em árabe na rede social X, antigo Twitter, em uma mensagem aos residentes de Haret Hreik.

Israel diz estar atacando ativos do Hezbollah nos subúrbios, onde o grupo tem uma forte presença. Ocorre que a região também é uma área residencial e comercial movimentada.

O líder interino do Hezbollah, Sheikh Naim Kassem, declarou na terça-feira, 15, que o grupo aumentará os ataques a Israel em resposta a um ataque aéreo israelense na segunda-feira em um prédio de apartamentos no norte do Líbano que matou pelo menos 22 pessoas. Israel disse que atingiu um alvo pertencente ao Hezbollah, mas as Nações Unidas pediram na terça-feira uma investigação independente.

Por sua vez, Israel intensificou a campanha contra o Hezbollah nas últimas semanas, após um ano de trocas quase diárias de tiros na fronteira.

Há mais de um ano que militantes liderados pelo Hamas abriram buracos na cerca de segurança de Israel e invadiram, matando cerca de 1.200 pessoas, a maioria civis, e seqüestrando outras 250. A ofensiva de Israel em Gaza matou mais de 42 mil palestinos, de acordo com autoridades de saúde locais, que não distinguem combatentes de civis. A guerra destruiu grandes áreas de Gaza e deslocou cerca de 90% da população de 2,3 milhões de pessoas.

O governo dos Estados Unidos alertou Israel de que o país deve aumentar a quantidade de ajuda humanitária permitida na Faixa de Gaza nos próximos 30 dias ou corre o risco de perder o acesso ao financiamento americano para armas.

A coordenadora especial da ONU para o Líbano, Jeanine Henis-Plasschaert, declarou que este ataque segue outros incidentes em que civis e infraestrutura civil foram alvejados em todo o Líbano.

Ela adicionou que o assassinato de um socorrista humanitário relatado nesta quinta-feira

GAZA



Palestinos se assustam com os ataques de Israel, que colocam fogo nos abrigos em Gaza

Ataques aéreos israelenses mataram 400 palestinos

O Conselho de Segurança realizou na quarta-feira uma sessão que acompanha as atualizações sobre as operações humanitárias na Faixa de Gaza.

A subsecretária-geral interina de Assistência Humanitária, Joyce Msuya, ressaltou que na última semana, ataques aéreos israelenses mataram mais 400 palestinos ferindo cerca de 1,5 mil.

A chefe humanitária interina descreveu imagens de pacientes e deslocados "abrigados perto do hospital Al Aqsa, queimando vivos". Dezenas de vítimas, incluindo mulheres e crianças, "precisam de atendimento urgente para sobreviver e lidar com os ferimentos".

Na fala, Msuya exigiu ação urgente e inequívoca para a responsabilização dos autores de crimes internacionais cometidos na área.

Ela pediu "mais do que palavras" pelo fim das atrocidades em Gaza e esforços diplomáticos urgentes de toda a comunidade internacional para acalmar a situação, garantir o respeito ao direito internacional, alcançar um cessar-fogo imediato e um entendimento sobre o rumo para uma paz sustentável.

A representante mencionou dados do Escritório da ONU de Assistência Humanitária, Ocha, que atua com parceiros na distribuição dos alimentos disponíveis e acessíveis em meio à redução das reservas.

Nas duas primeiras semanas de outubro, as autoridades israelenses facilitaram apenas 54 movimentos coordenados para o norte através do posto de controle de Al Rashid.

Estima-se que 85% dos carregamentos tenham sido negados e a quantidade restante "impedida ou cancelada por motivos logísticos ou de segurança".

Somente na Cidade de Gaza, mais de 110 mil refeições são distribuídas diariamente por pelo menos 10 cozinhas. Na semana passada abriram novas instalações no acampamento de refugiados de Ash Shati para responder ao fluxo de deslocados do norte.

Com a atuação na área foram entregues mais de 1,5 mil pacotes de alimentos e o mesmo número de sacos de farinha de trigo aos deslocados que estavam sitiados ou abrigados em escolas em Beit Hanoun e Beit Lahya.

Quase sem alimentos para distribuir, a maioria das padarias deverá fechar novamente em poucos dias se não houver fornecimento de combustível.

capazes de atender às necessidades dos cidadãos e promover a estabilidade regional".

Em um discurso na sede do governo libanês nesta quinta-feira, o coordenador residente e humanitário da ONU para o Líbano, Imran Riza, disse que nas últimas semanas, a violência se intensificou, causando vítimas civis generalizadas, deslocamento em massa e destruição extensa em todo o país.

Falando na presença do primeiro-ministro libanês, Najib Mikati, e de diversos ministros e embaixadores, ele sublinhou que os profissionais de saúde e da linha de frente foram atacados.

Riza mencionou que o mesmo aconteceu com centros de defesa civil e sistemas de abastecimento de água, levando os serviços essenciais "à beira

ELEIÇÕES NOS EUA

Geórgia bloqueia regra de contagem manual

Um juiz bloqueou uma nova regra que exige que os votos do Dia da Eleição na Geórgia, nos Estados Unidos, sejam contados manualmente após o fechamento da votação. A decisão veio um dia depois que o mesmo juiz determinou que os funcionários eleitorais do condado devem certificar os resultados da eleição dentro do prazo estabelecido por lei.

As decisões são vitórias para os democratas, grupos liberais de direitos de voto e alguns especialistas jurídicos que expressaram preocupações de que os aliados de Donald Trump poderiam se recusar a certificar os resultados caso o ex-presidente perca para a vice-presidente democrata Kamala Harris nas eleições presidenciais do próximo mês.

Eles também argumentaram que as novas regras aprovadas pela maioria endossada por Trump no Conselho Eleitoral do Estado poderiam ser usadas para impedir ou atrasar a certificação e minar a confiança pública nos resultados. O Conselho Eleitoral do Estado aprovou no mês passado a regra que exige que três trabalhadores de seção contem manualmente os votos em papel após o fechamento das urnas.

O conselho eleitoral do condado de Cobb, nos subúrbios de Atlanta, entrou com um processo judicial buscando que um juiz declarasse essa regra e outras cinco recentemente aprovadas pelo conselho estadual como inválidas, alegando que ultrapassam a autoridade do conselho estadual, não foram adotadas em conformidade com a lei e são irrazoáveis.

Em uma decisão na terça-feira à noite, o juiz do Tribunal Superior do Condado de Fulton, Robert McBurney, escreveu que a regra de contagem manual "é demais, tarde demais" e bloqueou sua aplicação enquanto considera os méritos do caso.

Na segunda-feira, McBurney havia decidido em um caso separado que "nenhum supe-

rintendente eleitoral (ou membro de um conselho de eleições e registro) pode se recusar a certificar ou se abster de certificar os resultados da eleição sob qualquer circunstância." Embora eles tenham o direito de inspecionar a condução de uma eleição e revisar documentos relacionados, ele escreveu: "qualquer atraso em receber essas informações não é uma base para se recusar a certificar os resultados da eleição ou se abster de fazê-lo."

A lei da Geórgia diz que os superintendentes eleitorais do condado - geralmente compostos por várias pessoas - "devem" certificar os resultados da eleição até as 17h do dia seguinte a uma eleição, ou na terça-feira se a segunda-feira for feriado, como acontece este ano.

A votação antecipada começou na terça-feira na Geórgia. Ao bloquear a regra de contagem manual, McBurney observou que não há diretrizes ou ferramentas de treinamento para sua implementação e que o secretário de Estado havia declarado que a regra foi aprovada tarde demais para seu escritório fornecer treinamento ou suporte significativo.

O juiz também escreveu que não foram feitas provisões nos orçamentos eleitorais do condado para fornecer pessoal ou despesas adicionais associadas à regra. "O caos administrativo que ocorrerá - não pode ocorrer - é completamente inconsistente com as obrigações de nossos conselhos eleitorais de garantir que nossas eleições sejam justas, legais e ordenadas", escreveu ele.

O conselho estadual pode estar certo de que a regra é uma política inteligente, escreveu McBurney, mas o momento de sua aprovação torna sua implementação agora "muito errada". Ele invocou a memória da insurreição no Capitólio dos EUA por pessoas que buscavam interromper a certificação da vitória presidencial do democrata Joe Biden em 6 de janeiro de 2021.

INFLAÇÃO MENOR

Bolsas da Europa fecham o dia sem direção única

As bolsas da Europa fecharam sem direção única nesta quarta-feira, 16, em sessão sem grande viés global e conforme investidores dividiam atenções entre o cenário macro, na véspera da decisão de política monetária do Banco Central Europeu (BCE) e antes de falas da Christine Lagarde, e a temporada de balanços. Londres foi destaque após dados de inflação abaixo das expectativas.

O FTSE 100, de Londres, subiu 0,97%, aos 8.329,07 pontos. O Ibex 35, de Madri, subiu 0,62%, para os 12.004,30 pontos. O FTSE MIB, de Milão, fechou em alta de 0,24%, a 34.660,00 pontos. E o PSI 20, de Lisboa, avançou 0,78%, aos 6.749,92 pontos. As cotações são preliminares.

A desaceleração maior do que se previa da inflação ao consumidor (CPI, na sigla em inglês) britânico em setembro, que melhora as chances de o Banco da Inglaterra (BoE, na sigla em inglês) voltar a cortar juros em novembro, impulsionou as ações inglesas nesta quarta.

No noticiário corporativo, Antofagasta subiu 1,57% após confirmar sua expectativa para a produção de cobre este ano, após aumento no resultado trimestral. Já a Ryanair afirmou que terá que reduzir suas estimativas de tráfego de passageiros devido a atrasos nas entregas da Boeing.

Investidores estão mais oti-

mistas em relação ao desempenho das ações europeias do que estavam em setembro, mostra a pesquisa de gestores de fundos europeus do Bank of America para outubro. "58% projeta alta líquida nas ações europeias nos próximos doze meses (contra 43% da última pesquisa)", diz o BofA.

Na ponta negativa, o DAX, referência em Frankfurt, recuou 0,18%, a 19.450,79 pontos, devolvendo ganhos recentes após renovar máximas históricas. E o CAC 40, de Paris, caiu 0,40%, encerrando em 7.492,00 pontos, pressionado por LVMH.

A gigante do segmento de luxo recuou 3,68% após registrar queda de 3% na receita no terceiro trimestre deste ano, para 19,08 bilhões de euros (US\$ 20,82 bilhões). As bolsas asiáticas fecharam majoritariamente em baixa nesta quarta-feira, 16, após um alerta negativo da holandesa ASML pesar em ações de semicondutores.

Liderando as perdas na Ásia, o índice japonês Nikkei caiu 1,83% em Tóquio, a 39.180,30 pontos, em meio a um tombo de 9,19% da empresa de chips Tokyo Electron.

ASML divulgou balanço trimestral desanimador e seu CEO disse que embora a demanda por IA permaneça forte, outros segmentos do mercado de semicondutores estão demorando mais para se recuperar.

ABASTECIMENTO

Lula lança programa de R\$ 1 bilhão para produção e compra de arroz

Os pequenos e médios produtores que quiserem produzir arroz poderão assinar contratos de opção com o governo federal, que garantirá a compra da produção com preço já estabelecido

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva lançou, na quarta-feira (16), o Programa Arroz da Gente para estimular a produção e a formação de estoques do grão no país. Serão investidos cerca de R\$ 1 bilhão na iniciativa para a compra de até 500 mil toneladas do produto.

Os pequenos e médios produtores que quiserem produzir arroz poderão assinar contratos de opção com o governo federal, que garantirá a compra da produção com preço já estabelecido. Durante a cerimônia, no Palácio do Planalto, o ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Paulo Teixeira, explicou que os parâmetros dos contratos de opção foram estabelecidos em parceria com os ministérios da Fazenda e da Agricultura.

“Os contratos vão estimular a produção do arroz em até 500 mil toneladas, auxiliando a mitigar as perdas das safras de 2023 e 2024 devido à seca e às enchentes na Região Sul”, disse. “Esse programa visa ampliar a produção de arroz pela agricultura familiar e promover a diversidade regional e de variedades cultivares”, acrescentou.

O Programa Arroz da Gente faz parte do Plano Nacional de Abastecimento Alimentar (Planaab), chamado Alimento no Prato, e é lançado após o fracasso do leilão para a compra de arroz importado, em maio, pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), e anulado no mês seguinte diante de denúncias de irregularidades das empresas vencedoras. Um novo edital chegou a ser prometido pelo governo, mas a medida provisória que autorizava o leilão perdeu a validade antes de ser votada pelo Congresso Nacional.

O leilão tinha como objetivo garantir o abastecimento e estabilizar os preços do produto no mercado interno, que tiveram uma alta média de 14%, chegando em alguns lugares a 100%, após as inundações no Rio Grande do Sul em abril e maio deste ano. O estado é responsável por cerca de 70% do arroz consumido no país. A produção local foi atingida tanto na lavoura como em armazéns, além de ter a distribuição afetada por questões logísticas no estado.

O Programa Arroz da Gente



O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante cerimônia em comemoração ao Dia Mundial da Alimentação, no Palácio do Planalto: “o combate à fome é uma escolha política”

faz parte do conjunto de ações apresentadas pelo governo para o abastecimento alimentar da população e o incentivo à produção orgânica, em celebração ao Dia Mundial da Alimentação, e estão contempladas no Plano Nacional de Abastecimento Alimentar (Planaab), batizado de Alimento no Prato, e no Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo).

O Dia Mundial da Alimentação é celebrado globalmente em 16 de outubro, data de fundação da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), em 1945.

Em discurso, o presidente Lula reafirmou o compromisso de tirar novamente o Brasil do Mapa da Fome, até 2026. “Quando nós voltamos para o terceiro mandato já tinha 33 milhões de pessoas passando fome outra vez. Nós já tiramos, em um 1 ano e 10 meses de governo, 24,5 milhões de pessoas do Mapa da Fome outra vez, e a nossa ideia é tirar todos da fome até terminar o mandato”,

disse, cobrando seus ministros para que as ações sejam, de fato, tiradas do papel. “Isso não pode ser letra morta, isso tem que acontecer”, afirmou.

O Mapa da Fome é publicado anualmente pela FAO e apresenta o número de pessoas que enfrentam a fome e a insegurança alimentar no mundo. Um país entra na lista quando mais de 2,5% de sua população enfrenta falta crônica de alimentos. O Brasil havia saído do Mapa da Fome em 2014 e sustentou a posição até 2018. Entre 2019 e 2022, houve crescimento da insegurança alimentar e nutricional e o país voltou a integrar o relatório da organização.

Em 2023, mais de 24 milhões de pessoas saíram da situação de insegurança alimentar grave no Brasil.

O presidente reafirmou que o combate à fome é uma escolha política dos governantes e lembrou que o Brasil vai lançar a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza na Cúpula de Líderes do G20, em novembro, no

Rio de Janeiro.

“A gente pode dizer que existe seca, a gente pode dizer que existe excesso de chuva, a gente pode dizer tudo que nós quisermos, mas a verdade é que a única explicação para a existência da fome é uma coisa chamada irresponsabilidade de quem governa os países, de quem governa os estados. É preciso que o Estado tenha a capacidade de priorizar para quem que ele quer governar, nós temos que fazer escolhas”, disse Lula.

Além do Programa Arroz da Gente, o Plano Alimento no Prato tem medidas para ampliar os sacolões populares e centrais de abastecimento por todo o país, para facilitar o acesso a alimentos saudáveis e frescos. Inicialmente, serão implantadas seis novas centrais de abastecimento: na Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte, em Sergipe e duas em São Paulo.

“São 29 iniciativas e 92 ações estratégicas para criar um sistema de abastecimento inclusivo e estruturado que garanta o

direito à alimentação e a soberania alimentar desde a produção até chegar no prato”, explicou o ministro Paulo Teixeira, citando ainda o incentivo à produção de alimentos saudáveis em sistemas sustentáveis, observando, principalmente, os alimentos da cesta básica do brasileiro.

Para a presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), Elisabetta Recine, o lançamento simultâneo dos dois planos representa o compromisso do governo e da sociedade civil organizada de “desatar dois dos principais nós que fazem com que a realização do direito humano à alimentação adequada seja ainda um grande desafio”.

Segundo ela, a forma como os alimentos são produzidos e consumidos “é um dos principais contribuidores da crise climática”, por isso, defendeu que é preciso avançar “com compromisso, orçamento e práticas efetivas para transformar o sistema alimentar”.

“É preciso uma produção que não envenene a terra, a água, as pessoas, que dialogue com a natureza e com a nossa preciosa biodiversidade, que produza alimentos para o bem viver de maneira compartilhada, que permita que todas as pessoas sem distinção de raça, de cor, de gênero e de renda possam usufruir de comida boa e barata”, disse.

“É necessário ainda retomar a responsabilidade do Estado brasileiro em garantir uma rede capilarizada e diversificada de equipamentos de abastecimento que estejam baseadas no desenvolvimento local, que implante estrategicamente feiras, mercados, pequenos comércios nas periferias, no caminho da casa ao trabalho, em horários que facilitem o cotidiano das pessoas, que amplie, como nunca ousamos, o acesso às compras públicas da agricultura familiar e camponesa, que possamos amortecer com estoques estratégicos os movimentos especulativos nacionais”.

COMPETÊNCIA

Gonet arquiva apuração sobre ‘apropriação’ de dinheiro público pela Transparência Internacional

O procurador-geral da República Paulo Gonet pediu ao ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), o arquivamento de uma apuração sobre a “eventual apropriação indevida de recursos públicos” pela Transparência Internacional no bojo de acordos de leniência firmados na esteira da Operação Lava Jato.

Segundo Gonet, “não há elementos mínimos de convicção que justifiquem” a continuidade das investigações. O procurador diz ainda que a Corte máxima não tem competência para atuar no caso, vez que nenhum envolvido tem foro por prerrogativa de função.

Em nota, a Transparência

Internacional classificou a decisão de Gonet como “importante” e indicou que é alvo de “campanhas difamatórias” e “assédio legal”.

A apuração foi aberta em fevereiro, em razão da indicação de que a ONG teria sido designada como responsável por administrar a aplicação de R\$ 2,3 bilhões em investimentos sociais previstos no acordo de leniência da J&F no âmbito da Lava Jato. À época, a Transparência Internacional negou ter recebido ou gerenciado valores do acordo.

O parecer foi levado ao gabinete de Toffoli às 18h desta terça-feira, 15. Com a promoção de arquivamento apresen-

tada por Gonet, é de praxe que o ministro do STF arquive a apuração aberta após um pedido do deputado federal Rui Falcão (PT).

Segundo Gonet, o parlamentar não sinalizou os acordos nos quais teria ocorrido a suposta “apropriação de capital” pela Transparência Internacional, nem sinalizou atos da força-tarefa da Lava Jato com eventual “escopo de desvio de recursos nacionais” para a organização.

Para o PGR, o pedido de Falcão não tem “sustentáculo probatório” (uma base sólida de provas) e não é suficiente para que o caso seja “indevidamente” apresentado para o STF. Gonet também questionou o direcionamento de relatoria, vez que a

petição foi encaminhada ao gabinete do ministro Dias Toffoli em razão de suposta conexão com o processo em que foram anuladas as provas da leniência da Odebrecht.

Gonet também ressaltou que um pedido de investigação sobre a atuação de integrantes do Ministério Público tem de ser avaliada pelo PGR, considerando que eles tem a prerrogativa de serem investigados pelo próprio órgão.

De acordo com o chefe do Ministério Público Federal, o órgão abriu uma série de sindicâncias para investigar os pontos levantados por Falcão e os procedimentos “convergiaram para juízos terminativos ou negati-

vos de responsabilidade, sem expressão” - ou seja, não foram encontradas provas que viabilizassem uma sanção administrativa ou até mesmo uma investigação criminal.

Desde 2018, a Transparência Internacional é alvo de campanhas difamatórias no Brasil, baseadas principalmente em fake news de que a TI receberia ou administraria recursos de multas de corrupção no país. A desinformação é fomentada por ações e declarações caluniosas de autoridades públicas de alto escalão, grandes empresários que confessaram esquemas de macrocorrupção e seus advogados, além de redes de blogs partidários e milícias digitais.

A partir de 2021, os ataques evoluíram para o assédio legal, envolvendo a entidade e sua equipe em múltiplos procedimentos judiciais e administrativos, em instâncias e órgãos diversos. Os procedimentos foram frequentemente marcados por heterodoxias e ilegalidades, como interrogatórios policiais abusivos, supressão de instâncias, negativa de acesso e omissão de documentos, desconhecimento de pareceres técnicos, vazamentos seletivos e ameaças.

“Os ataques à Transparência Internacional no Brasil, como em outras partes do mundo, são resultado de nossas ações expondo a corrupção”.

DESPERDÍCIO

CCJ do Senado aprova corte de imposto para supermercados

O texto prevê o aumento de 2% para 5% na dedução da base de cálculo da CSLL dos supermercados ou estabelecimentos similares que doarem alimentos

Foi aprovado nesta quarta-feira (16) na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado o projeto de lei que cria a Política Nacional de Combate à Perda e ao Desperdício de Alimentos. O texto prevê o aumento de 2% para 5% na dedução da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) dos supermercados ou estabelecimentos similares que doarem alimentos, o que precisará ser comprovado.

O texto foi aprovado em segundo turno na CCJ e, caso não haja recurso para levar a votação ao Plenário do Senado, o projeto de lei 2.874 de 2019 segue direto para análise da Câmara dos Deputados. A matéria foi aprovada no Dia Mundial da Alimentação, celebrado todo 16 de outubro.

Além de empresas e instituições sem fins lucrativos, públicas ou privadas, a proposta também prevê a doação por pessoa física e por agricultores familiares. O relator da matéria, senador Alan Rick (União-AC), justificou que a medida busca reduzir o desperdício e incentivar a doação de alimentos no Brasil.

“Os estabelecimentos preferiam jogar fora alimentos dentro do prazo de validade. Alimentos em absoluta conformidade com a nutrição, aptos para o consumo eram jogados fora, porque o incentivo para a doação de alimentos e a própria criminalização do doador impediam ou não incentivavam essa doação”, argumentou o parlamentar.

O relator citou que o Brasil está entre os dez países que

mais desperdiçam alimentos no mundo. “Números mostram que mais de R\$ 1,3 bilhão em frutas, legumes e verduras vão para o lixo anualmente nos supermercados brasileiros”, escreveu o senador Alan Rick em seu parecer.

O texto substitutivo apresentado pelo relator retirou a obrigatoriedade da doação prevista na proposta original. Além disso, ele excluiu a previsão de multa nos casos de descarte, sem justo motivo, de alimentos dentro do prazo de validade e próprios para o consumo.

O projeto estabelece que podem ser doados alimentos in natura ou preparados, sejam mercadorias perecíveis ou não perecíveis embaladas e dentro do prazo de validade, “desde que mantidas as propriedades nutricionais e a segurança para consumo humano, respeitadas as normas sanitárias vigentes”.

Os produtos podem ser oferecidos a instituições, bancos de alimentos e beneficiários finais. Aqueles que realizam doações diretas às pessoas físicas deverão contar com profissional habilitado que ateste a qualidade nutricional e sanitária dos alimentos.

Além disso, o projeto prevê que o doador só responde civilmente por danos ocasionados pelos alimentos quando houver dolo, ou seja, somente quando for comprovada a intenção de provocar dano.

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal aprovou, nesta quarta-feira, 16, também um projeto de lei que autoriza integrantes das Forças Armadas, da Agência Brasileira



Alan Rick justificou que a medida busca reduzir o desperdício e incentivar a doação de alimentos no Brasil

de Inteligência (Abin), de guardas prisionais e policiais legislativos a portarem arma fora do trabalho. O texto estabelece que a regra vale tanto para armamento fornecido pela instituição a qual o agente está vinculado como a arma de uso pessoal.

O projeto permite ainda o porte de arma para agentes

socioeducativos e oficiais de justiça e estende o benefício para quem estiver fora de serviço. A aprovação se deu de forma terminativa, isto é, irá direto para a Câmara dos Deputados sem passar pelo plenário da Casa. O placar foi unânime: 23 votos sim e nenhum não.

De acordo com o texto apro-

vado, agentes que atuam tanto na segurança, vigilância, guarda, custódia ou escolta de adolescentes que atuam nas unidades que abrigam jovens em restrição ou privação de liberdade terão direito ao porte oculto e não ostensivo da arma de fogo. Essa restrição não se aplica aos oficiais.

O senador Jorge Seif (PL-SC) ainda tentou apresentar emendas para ampliar o benefício para deputados e senadores. Flávio Bolsonaro (PL-RJ), filho do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), defendeu a iniciativa.

“Eu não consigo renovar o meu (porte de arma), mesmo provando as ameaças que eu sofro”, afirmou Flávio. “Da mesma forma, com relação aos advogados. Ah, o advogado vai entrar armado na sala de audiência e pode sacar a arma. Olha, isso pode acontecer hoje e mais, os advogados são vítimas constantemente de assassinos em razão da sua atuação”. As emendas foram rejeitadas.

O texto, de autoria de Fabiano Contarato (PT-ES), é alvo de críticas de organizações da sociedade civil e do próprio governo. A Coalizão pela Socioeducação, composta por 53 organizações ligadas aos direitos humanos, coletivos, entidades, pesquisadores, especialistas e instituições públicas da sociedade civil, publicou um manifesto contrário à matéria.

“A autorização do porte de armas aos servidores do quadro efetivo de agente de segurança socioeducativa desrespeita a legislação que afeta à criança e o adolescente já em vigor no Brasil, assim como viola os marcos legais internacionais aos quais o país se submeteu voluntariamente”, afirmou o grupo no comunicado.

Nesse mesmo texto o grupo diz que o trabalho dos agentes socioeducativos “tem atuação essencialmente pedagógica e ressocializadora” e que diretriz nacional do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) determina que a segurança das unidades socioeducativas sejam feitas pela Polícia Militar.

Mesmo com a pressão de aliados, Contarato, que foi delegado de polícia, celebrou a aprovação.

“Quero deixar claro que eu tenho minha consciência muito tranquila desde quando fiz e apresentei esse projeto de lei. Volto a falar: só quem efetivamente trabalha no âmbito de segurança pública sabe o que é a realidade”, disse. “Vá ser policial, vá ser um agente socioeducativo para ver o impacto que você sofre na sua família.”

DESCANSO

Boulos prioriza o empreendedor no final da campanha eleitoral

O candidato à prefeitura da capital paulista, Guilherme Boulos (PSOL), destacou a importância do “fenômeno” do empreendedorismo na capital paulista e apresentou um pacote de propostas específicas para esse público.

Entre as propostas citadas por Boulos para os empreendedores está a liberação dos carros de aplicativos, como o Uber, do rodízio municipal de veículos, e a criação de bases de apoio para descanso e acesso a banheiros e as tomadas de energia para os motoristas.

“Eles são trabalhadores. Só que é um trabalhador que construiu sua caminhada de jeito diferente. E que quer outra coisa do Estado e da política. Primeiro que não o atrapalhe. Porque frequentemente a prefeitura aparece, chega para um pequeno empresário, um pequeno comerciante, para achacar. Ou só com um boleto na mão”, disse o candidato do PSOL no programa comandado pelo jornalista e escritor Leandro Demori.

Boulos ressaltou que incorporou a seu plano de governo uma proposta da candidata do PSB, Tabata Amaral: o Jovem Empreendedor, um programa de crédito para jovens que estão montando sua primeira empresa.

“Eu estou assumindo um compromisso com esse segmento dos empreendedores. Olha, o nosso campo político vai voltar a olhar para vocês. O

nosso campo político vai apresentar propostas reais para vocês e a prefeitura de São Paulo, a partir de 1º de janeiro do ano que vem, vai ajudar essas pessoas a terem prosperidade”.

Na capital paulista, os candidatos Ricardo Nunes (MDB) e Guilherme Boulos (PSOL) vão disputar o segundo turno das eleições. No primeiro turno, Nunes recebeu 1.801.139 votos e Boulos, 1.776.127. O terceiro colocado, Pablo Marçal (PRTB), teve 1.719.274 votos.

“Uma parte importante do eleitorado do Marçal votou querendo mudança e viu no discurso dele alguém que falava com seus anseios de prosperar. Então, acho que a gente precisa refletir isso. Onde nós erramos em perder o diálogo com essas pessoas?”, disse Boulos na entrevista.

“O nosso campo político, até pelo nosso compromisso ético de ter um foco e de ajudar sempre os mais pobres, de pegar aquela pessoa que está ali no limite, que está na rua, que está com fome, ou olhar para o trabalhador mais formal, o nosso campo político deixou de falar com essas pessoas (empreendedores)”, reconheceu.

Conhecido por ser uma das principais lideranças do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), Boulos destacou sua proposta de combater o déficit habitacional na capital paulista a partir da utilização de imóveis públicos que,



Boulos vai liberar os carros de aplicativos, como o Uber, do rodízio municipal

atualmente, estão sem uso na cidade. “Quando o imóvel é privado, depende sempre da Justiça. Por isso que no meu programa de governo, a gente quer trabalhar sobretudo com os imóveis públicos”.

Na entrevista, o candidato do PSOL destacou que já solicitou um levantamento dos imóveis vazios na capital paulista, pertencentes ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), e que pretende utilizá-los, quando possível, para a moradia popular.

“O INSS não trabalha com imóvel. Mas, como ele faz execu-

ção de dívida tributária de uma empresa, às vezes, a garantia é o imóvel, o imóvel vai para o INSS. E fica lá largado, porque ele não tem o que fazer com o imóvel”.

Boulos ressaltou que foi ele quem levou a ideia ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, de criar o programa Imóvel da Gente, também conhecido como Programa de Democratização de Imóveis da União, lançado no início do ano, iniciativa que visa destinar imóveis da União para fins sociais, como moradia, educação e saúde pública.

PARANÁ PESQUISAS

Nunes tem 52,3% e Boulos, 39,2% em SP

Levantamento do Paraná Pesquisas divulgado nesta quarta-feira, 16, coloca o atual prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), com 52,3% das intenções de voto no segundo turno da eleição paulistana contra 39,2% de Guilherme Boulos (PSOL). A pesquisa foi realizada entre os dias 12 e 15 de outubro, exatamente no período que a capital paulista sofreu com a falta de luz após forte chuva na noite de sexta-feira, 11.

Ambos os candidatos ficaram estáveis e oscilaram dentro da margem de erro de 2,6 pontos percentuais. Nunes tinha 52,8% no levantamento divulgado na quinta-feira, 10, e Boulos, 39%.

Indecisos eram 3,4% e agora são 3,3%, enquanto brancos e nulos saíram de 4,8% para 5,2%. Os dados são relativos ao cenário estimulado, quando os nomes dos candidatos são apresentados aos eleitores.

O Paraná Pesquisas entrevistou 1.500 pessoas com 16 anos ou mais em São Paulo. O nível de confiança é de 95% e a pesquisa foi registrada no Tribunal Superior Eleitoral sob o protocolo SP-0631/2024.

No cenário espontâneo, Ricardo Nunes foi citado por 36% dos entrevistados (ante 35,3% na rodada anterior) e Boulos por 30,1% (eram 29%). Indecisos representam 27,2% (25,3%) e brancos e nulos, 6,2% (7,8%). Outros nomes mencionados somam 0,5%, percentual que anteriormente era de 2,7%.

A rejeição de Nunes cresceu fora da margem de erro. Na semana passada, 33,1% responderam que não votariam de jeito nenhum no prefeito. O percentual subiu para 36,1%. Boulos ficou estável, mas em um patamar mais alto: oscilou de 48,1% para 48,8%.

Outros 37,5% disseram que votariam “com certeza” em Nunes, ante 37% na pesquisa anterior, e 25% responderam que poderiam votar no emedebista, taxa que era de 28,8%.

Em relação a Boulos, 32,5% responderam que votariam com certeza no psolista (eram 31,7%) e 17,1% disseram que poderiam votar no candidato do PSOL (eram 18,1%).

Já a primeira pesquisa Quaest sobre o segundo turno das eleições 2024 em São Paulo mostra o atual prefeito e candidato à reeleição, Ricardo Nunes (MDB), com 45% das intenções de voto. Concorrendo com ele, o deputado federal Guilherme Boulos (PSOL) tem 33% das menções do cenário estimulado, em que os nomes da dupla são apresentados para os entrevistados.

Segundo o levantamento, 19% dos eleitores afirmaram que votariam em branco ou anulariam o voto caso o pleito fosse hoje.

APAGÃO

Justiça nega pedido de multa feito pela Prefeitura para Enel

Conforme o texto, os pedidos feitos foram indeferidos por extrapolarem o objeto do presente feito, devendo ser deduzidos nas vias processuais próprias

A Justiça de São Paulo negou pedido feito pela Prefeitura de São Paulo dentro de uma ação civil pública no Tribunal de Justiça para que a Enel Distribuição São Paulo restabelecesse imediatamente a energia elétrica nos pontos ainda afetados pelo apagão sob multa de R\$ 200 mil por dia em caso de descumprimento da determinação. Outras medidas, no entanto, foram determinadas e deverão ser cumpridas pela empresa de energia. Procuradas, a Enel e a Prefeitura de São Paulo ainda não se manifestaram sobre o assunto.

A falta de energia elétrica, provocada após o temporal de sexta-feira, 11, ainda atinge 100 mil imóveis - entre casas e comércio - na capital paulista e na Grande São Paulo, segundo atualização feita pela distribuidora.

Conforme o texto, os pedidos feitos foram indeferidos por "extrapolarem o objeto do presente feito, devendo ser deduzidos nas vias processuais próprias".

"Os vendáveis, de acordo com os registros preliminares, propiciaram a queda de 386 árvores. Parte delas, por estarem próximas à fiação elétrica - e, por inércia da Enel, com mane-

jos em atraso, conforme exaustivamente demonstrado ao longo desta demanda -, causaram a interrupção no fornecimento de energia elétrica para mais de 1,6 milhão de pessoas", disse trecho do documento da ação civil pública da Prefeitura.

Na decisão divulgada nesta quarta-feira, 16, a juíza Erika Folhadella Costa, da 2ª Vara da Fazenda Pública, porém, enumerou as determinações que devem ser cumpridas pela empresa de energia sob pena de aplicação de multas. O documento foi assinado no dia anterior, terça-feira, 15.

- Cumpra o manejo adequado em todas as árvores que a própria Enel incluiu em seu Plano Anual de Podas de 2023, no prazo de 60 dias, sob pena de multa no valor de R\$ 1 mil para cada árvore, por dia, que não tenha recebido manejo;

- Cumpra o manejo adequado, na forma da legislação, em todas as árvores para as quais há solicitações das Subprefeituras vencidas no Sistema Eletrônico (pendentes há mais de 90 dias), no prazo máximo de 30 dias. Ou caso entenda pela necessidade de auxílio da Prefeitura, apresente justificativa idônea, informando data para desligamento da rede, a fim de que a Prefeitura possa estar presente, tudo isso sob pena de



A Enel terá que cumprir, sob pena de multa diária, o manejo adequado em todas as árvores para as quais haja solicitações

multa diária no valor de R\$ 1 mil, por árvore, por dia, para cada solicitação desatendida, inclusive as que se vençam no curso da demanda;

- Cumpra, sob pena de multa diária, realizando o manejo adequado, na forma da legislação, em todas as árvores para as quais haja solicitações emergenciais pendentes, com anotação de prioridade no Sistema Eletrônico, no prazo máximo de 10 dias, sob pena de multa diária

no valor de R\$ 1 mil por árvore, e para cada dia de atraso;

- Cumpra a atualização do Sistema Eletrônico, no prazo de cinco dias, com as podas realizadas em atenção ao Planejamento Anual e com aquelas realizadas em atenção às solicitações das Subprefeituras, sob pena de multa de R\$ 100 mil, mais R\$ 10 mil para cada mês de atraso subsequente;

A Justiça determinou ainda que sejam cumpridas adequa-

ções no Plano de Contingência da Enel. "Preveja medidas emergenciais efetivas e satisfatórias, adequadas às dimensões da cidade de São Paulo, requer que seja determinado à companhia que, no prazo de dez dias e sob pena de multa de R\$ 500 mil, promova adequações ao Plano de Contingência."

A Prefeitura de São Paulo registrou 386 ocorrências de queda de árvores e galhos desde o temporal e o apagão

da última sexta-feira, dia 11. Até segunda-feira, 14, somente 40% das remoções tinham sido resolvidas. A poda de árvores cabe à administração municipal, mas a gestão alega que o procedimento é de responsabilidade da concessionária Enel quando há risco à rede elétrica.

Os dados disponíveis na plataforma da Prefeitura referentes ao primeiro semestre deste ano apontam uma fila de 13,9 mil pedidos de poda ou remoção de árvores pendentes. No total, 46,7 mil solicitações foram registradas pelo telefone ou aplicativo do serviço 156, o canal oficial de atendimento.

O botânico e paisagista Ricardo Cardim, especialista no assunto, disse que a cidade vive "um caos arbóreo" e que é preciso "mudar o pensamento de que poda é a solução". Cardim afirmou que é necessário fazer um inventário para saber quantas, quais são e o estado em que estão as árvores da cidade. Ele também defendeu que o tema seja tratado com a criação de uma agência federal e de um sistema único, nos moldes do que já existe na saúde.

O Procon de São Paulo já aplicou sete multas, desde 2019, contra a Enel, a concessionária responsável pelo fornecimento de energia elétrica na capital paulista. O valor chega a R\$ 64,7 milhões. No entanto, a maioria das sanções está suspensa porque a empresa recorreu à Justiça. Desde a última sexta-feira, dia 11, quando ocorreu um novo apagão em São Paulo, o órgão de defesa do consumidor já recebeu 782 reclamações contra a empresa, com dados compilados até terça-feira, 15.

A assessora técnica do órgão, Carina Minç, disse que a Enel foi notificada para prestar esclarecimentos sobre o apagão em 48 horas. O prazo termina nesta quarta-feira, mas a empresa pediu a extensão por mais sete dias.

Coneção

POR MARCOS LUZ, JOÃO ROMÃO E VINICIUS PALERMO

Luiz Césio Caetano toma posse na Firjan

Paula Johas/Firjan



Em cerimônia realizada na segunda-feira (14), o empresário Luiz Césio Caetano, acionista da Sal Cisne e 1º vice-presidente da Firjan na gestão de Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira, assumiu a presidência da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro pelos próximos quatro anos, até 2028. Também tomaram posse as novas diretorias da federação e do Centro Industrial do Rio de Janeiro (CIRJ) - eleitas em 19/8 e compostas por lideranças empresariais de todas as regiões do estado do Rio de Janeiro. No discurso de posse, Caetano, 74 anos, destacou questões que precisam ser priorizadas para o aumento da produtividade da indústria e o desenvolvimento socioeconômico do estado e do país: gestão pública eficiente; mão de obra qualificada; transição, integração e eficiência energética; infraestrutura; e segurança pública. Ele detalhou problemas relacionados a cada um dos pontos e falou sobre a atuação da Firjan. "Vamos trabalhar para contribuir no enfrentamento a essas questões, sempre atuando de forma efetiva e incansável pela defesa de interesses da nossa indústria, numa Firjan ainda mais ágil, dinâmica, participativa, propositiva e inovadora", pontuou.

ACRJ recebe executivo do Sicoob Coomperj

O Conselho Empresarial das Micro e Pequenas Empresas da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ) recebeu, na terça-feira (15), o diretor-executivo do Sicoob Coomperj (Cooperativa de Crédito no Rio de Janeiro), Gustavo Saltiel, que falou sobre Cooperativismo Financeiro: impulsionando seus negócios. Ele foi recepcionado pelo presidente do Conselho, Thór Carvalho, com a participação do vice, Augusto Sérgio Cardoso.

Câmara Italiana participa do ComexlogRJ

No início do mês, nos dias 3 e 4, a Câmara Italo-Brasileira de Comércio e Indústria (Câmara Italiana) esteve presente no COMEXLOG RJ, um dos mais importantes fóruns de soluções logísticas e de comércio exterior do país. Realizado no Pier Space, na Avenida Rodrigues Alves, 10, no Rio de Janeiro, o evento reuniu especialistas e empresários para discutir temas cruciais para o desenvolvimento do setor.

FNP se consolida em discussões sobre governança do IBS e Reforma Tributária

Divulgação

A Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos (FNP) deu um passo importante na consolidação de sua participação nas tratativas da reforma tributária com a criação de um "Pré-Comitê Gestor" do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Em reunião realizada nesta terça-feira (15), em Brasília/DF, a FNP, em conjunto com o Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda (Comsefaz) e a Confederação Nacional de Municípios (CNM), avançou na construção de uma proposta de cooperação entre estados e municípios para preparar a governança do novo tributo.



APM realizará em novembro encontro com prefeitos e prefeitas eleitas

A Associação Paulista de Municípios (APM) realizará um evento inédito com os gestores públicos municipais eleitos no pleito de outubro. O 1º Encontro Municipalista de Prefeitos e Prefeitas Eleitos no Estado de São Paulo acontecerá entre os dias 18 e 19 de novembro, no Instituto Agrônomo de Campinas - IAC (Av. Barão de Itapura, 1.481 - Botafogo).

FIEMG organiza missão ao Japão e à Expo Osaka em junho de 2025

A Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) organiza para junho de 2025, entre os dias 20 e 25, a Missão ao Japão, voltada a empresários mineiros, lideranças sindicais e autoridades governamentais que visam conhecer o mercado japonês, buscar fornecedores e investimentos e ampliar a presença de produtos mineiros no mercado internacional. A Missão ao Japão é realizada pela FIEMG e tem patrocínio da Codemge.

Rolls Royce fecha parceria com fornecedora para implementar IA industrial

Divulgação

A IFS, fornecedora de software de Inteligência Artificial (IA) industrial e nuvem empresarial, anunciou nesta quarta-feira (16) que a divisão Power Systems da Rolls-Royce, com sua marca mtu, escolheu implementar a IFS Cloud para otimizar suas operações globais de serviço e dar suporte a seus objetivos estratégicos de eficiência, sustentabilidade e crescimento. Como parte da transição da Power Systems para uma abordagem de provedor de soluções, a divisão buscou uma solução para impulsionar o cumprimento do acordo de nível de serviço (SLA) e melhorar a eficiência do agendamento. Aproveitando o poder da IA industrial, a IFS Cloud transformará as operações de serviço com insights avançados em tempo real e recursos de agendamento dinâmico.



HOTEL INGLÊS LTDA.
CNPJ 33.670.472/0001-00
Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária. Maurício Mourelle Pez, sócio administrador do Hotel Inglês Ltda., convoca os senhores quotistas para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada na Av. Rio Branco, nº 110, 35º andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP: 20040-001, com vistas à atualização dos dados pessoais dos sócios, bem como a deliberar acerca da seguinte ordem do dia: (i) proposta de novação do compromisso imobiliário celebrado, na forma de minuta disponível no endereço eletrônico: https://drive.google.com/file/d/146uhdpYr-60iDnJ-03GiS2lx-bf81Y4s/view?usp=sharing, com a consequente emissão de autorização para sua assinatura; (ii) proposta de dissolução e liquidação da sociedade, feita em atenção à cessação das atividades fins da sociedade, e ao fato do ativo estar limitado a direitos emergentes de compromisso de venda e compra envolvendo o imóvel que servia de sede à sociedade; e, (iii) eleição do liquidante, que desempenhará sua função até a conclusão da liquidação, promovendo a realização do único ativo da sociedade, o pagamento do passivo e a partilha dos recursos remanescentes entre os sócios, observada a caução arquivada nos registros da sociedade. Em primeira convocação, a assembleia será realizada no dia 22 de outubro de 2024, às 11:30, e, caso necessário, em segunda convocação, a assembleia será realizada no dia 29 de outubro de 2024, às 11:30.

CONMARE PARTICIPAÇÕES LTDA.
CNPJ/MF nº 04.375.627/0001-88 - NIRE 33.2.0669265-7
Aviso de Redução de Capital. Conmare Participações Ltda., com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Av. Ataulfo de Paiva, nº 391, salas 901 a 907 (Parte), Leblon, CEP: 22440-032, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.375.627/0001-88 ("Sociedade"), vem informar que, em 16/10/2024, foi aprovada na 14ª alteração do contrato social da Sociedade a redução do capital social da Sociedade em R\$ 1.286.919,81 (um milhão, duzentos e oitenta e seis mil, novecentos e dezoito reais e oitenta e um centavos), sem o cancelamento de quotas, e com a respectiva redução do valor nominal para R\$ 0,01 (um centavo de real) por quota, passando o capital social da Sociedade de R\$ 1.299.919,00 (um milhão, duzentos e noventa e nove mil, novecentos e dezoito reais) para R\$ 12.999,19 (doze mil, novecentos e noventa e nove reais e dezoito centavos), na forma do Artigo 1.084, §1º do Código Civil, eventual oposição à redução de capital da Sociedade deverá ser manifestada em até 90 (noventa) dias a contar da presente data. RJ, 17/10/2024.

RENOVAÇÃO DE LICENÇA
POSTO DE ABASTECIMENTO SERVIÇOS E COMÉRCIO LINHA AMARELA LTDA inscrito sob o CNPJ: 02.752.766/0001-58 torna público que requereu da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE, através do processo nº EIS-PRO-2024/00415, a renovação de sua Licença Municipal de Instalação e Operação nº 0065/2018 para atividade de revenda de combustíveis líquidos, com serviço de troca de óleo, lavagem de veículos e instalação de GNV, situado na Avenida Ayrton Senna, altura do nº 3.600 - Barra da Tijuca - Rio de Janeiro/RJ.

MUCURI AGROPASTORIL LTDA.
CNPJ/MF 33.019.696/0001-57 - NIRE 33.200.189.511
Reunião de Sócios - Convocação. Ficam convocados os sócios para se reunirem no dia 24/10/2024 às 12 hrs., na Praia de Botafogo nº 228, Bloco A, 3º andar, nesta cidade - Novotny Advogados, a fim de discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: i) Ratificação da aprovação das Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31/12/2021. ii) Exame das contas da administração e das demonstrações financeiras dos exercícios sociais encerrados em 31/12/2022 e 31/12/2023 disponibilizadas aos sócios através de telegrama de 22/08/2024, em atendimento ao disposto no art. 1.078, §1º, da Lei nº 10.406/2002. Rio de Janeiro, 15/10/2024. Administração.

Target Instituição de Pagamento e Securitizadora de Créditos S.A.
CNPJ/MF 14.821.124/0001-42 - NIRE 33.3.0030083-0
CONVOCAÇÃO. A Target Instituição de Pagamento e Securitizadora de Créditos S.A. ("Companhia") vem, nos termos do art. 124 da Lei 6.404/76, convocar seus acionistas para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia ("AGOE") a ser realizada em 24 de outubro de 2024, às 10 horas, de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma Teams, para tratar das seguintes matérias: (i) as contas dos administradores, relatório da administração e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023; (ii) a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31/12/2023; (iii) a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia; (iv) aprovação da 13ª Emissão de Debêntures Simples da Companhia; e (v) aprovação de aumento de capital. O link de acesso será encaminhado com até 2 dias de antecedência à Assembleia.

ITAGUAY IMOBILIÁRIA E PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/MF nº 33.019.654/0001-16 - NIRE 33.300.161.201
Assembleia Geral Ordinária - Convocação. Ficam convocados os acionistas da Itaguay Imobiliária e Participações S.A., a se reunirem no dia 24/10/2024, às 11 hrs, na Praia de Botafogo nº 228, Bloco A, 3º andar, nesta cidade - Novotny Advogados, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (i) exame das contas dos administradores e das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023, encaminhadas a todos os acionistas em 19/04/2024. Rio de Janeiro, 15/10/2024. Administração.

CAPEMISA CAPITALIZAÇÃO S.A.
CNPJ: 14.056.028/0001-55 - NIRE: 33.3.0029900-9
ATA DA AGE REALIZADA EM 08/07/24: 1- DATA, HORA E LOCAL: No dia 08/07/2024, às 13 horas, por meio eletrônico. 2- QUÓRUM E CONVOCAÇÃO: Dispensadas as formalidades de convocação face à presença da totalidade dos acionistas da Cia., nos termos do §4º, do Art. 124, da Lei. 6.404/76. 3- MESA: Jorge de Souza Andrade - Presidente; Laerte Tavares Lacerda - Secretário. 4- ORDEM DO DIA E DELIBERAÇÕES APROVADAS POR UNANIMIDADE: 4.1 - Acólher a renúncia do Sr. Márcio Coutinho Teixeira de Carvalho, brasileiro, casado, economista, portador do documento de identidade nº 19.990-7- Conselho Regional de Economia - Corecon/RJ, CPF nº 810.429.227-72, residente e domiciliado na cidade do RJ/RJ, ao atual cargo de Diretor-Presidente da Cia. 4.2. - Eleger o Sr. Márcio Coutinho Teixeira de Carvalho, já qualificado, para o cargo de Diretor da Cia., para cumprir mandato até 29/06/2026. 4.3. - Eleger o Sr. Jorge de Souza Andrade, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG 04258705-5 IFF/RJ, CPF nº 332.606.727-53, residente e domiciliado na cidade de Niterói/RJ, para o cargo de Diretor-Presidente da Cia., para cumprir mandato até 29/06/2026. 4.4. - A redistribuição das funções entre os membros da Diretoria, conforme abaixo: Jorge de Souza Andrade - Diretor-Presidente; Márcio Coutinho Teixeira de Carvalho - Diretor; Marco Augusto Leone Koenigsdorf - Diretor; (i) Diretor responsável administrativo financeiro, nos termos da Circular Susep nº 234/2003, e (ii) Diretor responsável pela contabilidade, nos termos da Resolução CNSP nº 432/21. Marco Aurelio Nicoletti - Diretor de Governança Corporativa; (i) Diretor responsável pelos controles internos, nos termos da Resolução CNSP nº 416/21; (ii) Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de auditoria contábil independente previstos na regulamentação em vigor - Resolução nº 432/21 (Art. 3º, §3º); (iii) Diretor responsável pelo relacionamento com o cliente, nos termos da Resolução CNSP nº 382/20; e (iv) Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei 9.813/1998 (PLDFT), e respectiva regulamentação complementar (Circular Susep nº 234/2003 e nº 612/20). Patricia Fernandes Nepomuceno Pinto - Diretora; (i) Diretora responsável pelas relações com o Susep, nos termos da Circular Susep nº 234/2003; (ii) Diretora responsável técnica, nos termos da Circular Susep nº 234/2003 e da Resolução CNSP nº 432/21; e (iii) Diretora responsável pelo registro das operações de seguros, previdência complementar aberta, capitalização e resseguros, nos termos da Resolução CNSP nº 383/20. 5- ENCERRAMENTO DA SESSÃO: Aprovadas por unanimidade todas as deliberações acima e nada mais havendo de que tratar, foi encerrado o trabalho desta AGE, lavrando-se no livro próprio a presente ata, que, lida e achada conforme, foi aprovada por todos os presentes, que a subscrevem. RJ, 08/07/24. Jorge de Souza Andrade - Presidente Laerte Tavares Lacerda - Secretário. Acionistas: CAPEMISA HOLDING S.A., - Representada por: Jorge de Souza Andrade - Diretor-Presidente; Laerte Tavares Lacerda - Diretor Vice-Presidente. CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S.A., - Representada por: Jorge de Souza Andrade - Diretor-Presidente; Marco Augusto Leone Koenigsdorf - Diretor Administrativo Financeiro. Jucerja nº 6487133 em 07/10/2024.

GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DA DEFESA
UNIAO E RECONSTRUCAO
BASE DE ADMINISTRACAO E APOIO DA 1ª REGIAO MILITAR - RJ
AVISO DE LICITACAO
Pregão Eletrônico nº 90021/2024 - UASG 160303
Nº Processo: 64006003615202404. Objeto: Eventual de contratação dos serviços de locação e montagem de equipamentos de infraestrutura para eventos, ornamentação, locação de equipamentos, serviço de transmissão de áudio/vídeo, locação de equipamentos de sonorização e serviços de interpretação e tradução simultânea. Total de Itens Licitados: 113. Edital: 17/10/2024 das 09h00 às 11h30 e das 13h30 às 16h00. Endereço: Pca Duque de Caxias 25 - 1º Andar da Ala Marcellio Dias - Centro, Centro - Rio de Janeiro/RJ ou https://www.gov.br/compras/edital/160303-5-90021-2024. Entrega das Propostas: a partir de 17/10/2024 às 09h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 04/11/2024 às 08h00 no site www.gov.br/compras. ALINSON DE PAULA - Ordenador de Despesas

GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DA DEFESA
UNIAO E RECONSTRUCAO
BASE DE ADMINISTRACAO E APOIO DA 1ª REGIAO MILITAR - RJ
AVISO DE LICITACAO
Pregão Eletrônico nº 90015/2024 - UASG 160303
Nº Processo: 64006003169202420. Objeto: Contratação de empresa especializada em serviço de manutenção de bombas hidráulicas empregado da Base de Administração e Apoio da 1ª RM e OM condôminas ao Palácio Duque de Caxias.. Total de Itens Licitados: 39. Edital: 15/10/2024 das 09h30 às 12h00 e das 13h30 às 16h00. Endereço: Pca Duque de Caxias 25 - 1º Andar da Ala Marcellio Dias - Centro, - Rio de Janeiro/RJ ou https://www.gov.br/compras/edital/160303-5-90015-2024. Entrega das Propostas: a partir de 15/10/2024 às 09h30 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 30/10/2024 às 09h30 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais: ALINSON DE PAULA - Ordenador de Despesas (SIASgnet - 14/10/2024) 160303-00001-2024NE000001

Faça uma cotação e comprove.
Diário Comercial
www.diariocomercial.com.br

PIEMONTE HOLDING DE PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/MF nº 05.280.180/0001-26 - NIRE 33.3.0032049-1

Balanco patrimonial Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma
Table with columns: Ativo Circulante, Não circulante, Total do ativo, Passivo Circulante, Não circulante, Total do passivo, and Total do ativo.

Demonstração do resultado do exercício Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma
Table with columns: Receita operacional líquida, Custo sobre os serviços prestados, Lucro bruto, Despesas gerais e administrativas, Despesas com pessoal, Outras receitas (despesas), Ajuste a valor justo, Resultado em participações, Resultado antes do resultado financeiro, Receitas financeiras, Despesas financeiras, Resultado financeiro líquido, Resultado antes do IRPJ e CSLL, IRPJ e CSLL correntes, IRPJ e CSLL diferidos, Impostos sobre o resultado, Lucro líquido do exercício, Ações em circulação (em milhares), Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação.

Demonstração do resultado abrangente Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma
Table with columns: Lucro líquido do exercício, Outros Resultados Abrangentes, Total de resultados abrangentes.

Demonstração dos fluxos de caixa Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma
Table with columns: Fluxo de Caixa das atividades operacionais, Fluxo de Caixa das atividades de investimentos, Fluxo de Caixa das atividades de financiamento.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Em 31/12/2023 e de 2022 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma
Table with columns: Saldos em 31 de dezembro de 2021, Ajustes de conversão de investimentos, Lucro líquido do exercício (reapresentado), Reserva legal e reserva de retenção, Dividendos a distribuir, Saldos em 31/12/2022 (reapresentado), Ajuste de limite de reserva legal ref. 2022, Destinação do resultado ref. 2022 em reserva, Destinação do resultado ref. 2022 em dividendos, Acervo líquido integralizado (nota 1.3), Ajustes de conversão de investimentos (nota 10), Lucro líquido do exercício, Destinação do resultado ref. 2023 em reserva legal, Destinação do resultado ref. 2023 em dividendos, Saldos em 31 de dezembro de 2023.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS. Aos Administradores da Piemonte Holding de Participações S.A. Rio de Janeiro - RJ. Opinião. Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Piemonte Holding de Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Piemonte Holding de Participações S.A., em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Principais Assuntos de Auditoria: Cotas de fundos de investimento em participações. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possui registrado como cotas de Fundo de Investimento em Participações no ativo não circulante o montante de R\$ 170.776 mil. O valor dessa participação nas cotas é relevante nas demonstrações financeiras, que influenciam diretamente o resultado operacional e consequentemente o patrimônio líquido, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria. Como Auditoria endereçou esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a revisão dos papéis de trabalho dos auditores do Elea Infraestrutura - Fundo de Investimento em Participações, principalmente no que tange as premissas e cálculos para mensuração do valor justo dos investimentos do FIP, tendo em vista a Instrução CVM 579/2016. Avaliamos ainda a adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o reconhecimento e mensuração dos investimentos bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequação da apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Com-

CLARIENS EDUCAÇÃO S.A. - CNPJ: 48.199.560/0001-43

Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas - 31 de dezembro de 2023 com Relatório do Auditor Independente. (Exercício de 31 de dezembro de 2023 e período de 5 de outubro a 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais))

Table with columns: Balanços patrimoniais, Demonstrações das mutações do patrimônio líquido, and detailed asset/liability breakdowns for 2023 and 2022.

Table showing Demonstrações dos fluxos de caixa, categorized into Fluxo de caixa das atividades operacionais, Investimento em controladas, and Fluxo de caixa das atividades de investimento.

Table showing Demonstrações dos resultados, including Receita líquida, Despesas gerais e administrativas, and Lucro líquido do exercício.

Table showing Demonstrações dos resultados abrangentes, including Lucro líquido do exercício and Lucro líquido do exercício.

Table showing Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, including Contexto Operacional and Base de preparação e resumo das principais políticas contábeis.

1. Contexto Operacional: a) Informações gerais: A Clariens Educação S.A. ("Clariens" ou "Companhia", em conjunto com suas subsidiárias "Grupo"), é uma holding constituída em São Paulo em 05 de outubro de 2022. O Grupo é formado por instituições de ensino superior, com foco em cursos de Medicina. Até o momento, as operações dessas instituições estão localizadas nos estados de Goiás e Bahia, enquanto a sede da holding está localizada em São Paulo, e o ensino passou a ser a holding do Instituto de Saúde S.A. ("Zams Salvador") e suas subsidiárias (União de Educação e Cultura de Eunápolis S.A. - "UNECE" e a Clínica de Atendimento Ltda. - "CAT") mediante a conclusão da reorganização societária em 30 de dezembro de 2022. Em 2022, a Companhia não havia iniciado suas operações, portanto, não possuía ativos e passivos nominais e nenhum passivo ou compromisso contingente material, as informações financeiras consolidadas da Clariens de 2022 refletem substancialmente as operações da Zams Salvador e suas subsidiárias e controladas.

2. Base de preparação e resumo das principais políticas contábeis: 2.1. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas: As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são preparadas com base em apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico. 2.2. Base de Consolidação: As demonstrações contábeis individuais e consolidadas compreendem as demonstrações contábeis das controladas e suas subsidiárias e controladas em 31 de dezembro de 2023. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em reais ("R\$") que é a moeda funcional e de apresentação do Grupo. Todos os valores são arredondados para a milésima mais próxima. As práticas contábeis materiais adotadas pelo Grupo estão descritas abaixo, as quais foram aplicadas de modo uniforme no período corrente. O quadro abaixo lista todas as práticas contábeis em participação.

Table with columns: Empresa, Razão social, Atividade principal, Local, 2022, 2023. Lists companies like ZAMS SALVADOR, UNECE, CAT, GALENO, UNIMED, and ITUMBARA with their respective details.

O Grupo consolida todas as informações financeiras de todas as empresas que controla. A definição de controle é dada quando a Companhia estiver exercendo o poder de direção e retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de suas políticas contábeis. O Grupo também consolida as informações financeiras de uma subsidiária adquirida ou alienada durante o período em que não há demonstrações contábeis individuais e consolidadas na data em que o Grupo adquire o controle, até a data em que o Grupo deixa de controlar a controlada. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações contábeis das controladas para trazer suas políticas contábeis de acordo com as políticas contábeis da Companhia e seus passivos, patrimônio líquido e resultados. Recitas, despesas e fluxos de caixa relativos às transações são eliminados integralmente na consolidação. 2.3. Políticas contábeis materiais: Esta nota descreve as principais políticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Essas políticas têm sido consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados e são aplicadas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

16. Contas vinculadas e obrigações com antigos acionistas: 2023 2022. Contas vinculadas com o Grupo IMES (a) 88 22.138. Obrigações com antigos acionistas 2023 2022. Contas vinculadas com o Grupo IMES (a) 88 22.138. Contas vinculadas com antigos acionistas (b) 7.360 22.138. Contas vinculadas com antigos acionistas (b) 7.360 22.138.

17. Contingências: Em 31 de dezembro de 2023 a posição de contingências prováveis está abaixo demonstrada: 2023 2022. Contingências prováveis 18 24. Contingências possíveis consolidadas do Grupo em 31 de dezembro de 2023 de natureza civil totalizam R\$946 e as de natureza trabalhista totalizam R\$101. 18. Patrimônio líquido: 18.1. Capital social: Em 31 de dezembro de 2023, o capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$448.900, sendo 80% desse capital pertencente ao MC Brazil Galileo FIP Multistratégia e 20% pertencente ao Conselho de Investimento em Participações Multistratégicas. O capital social da Companhia está representado por 164.172,387 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. O capital social da Companhia poderá ser aumentado, para até o limite total de 25.000.000 de ações ordinárias. 18.2. Reserva de capital: A reserva de capital compreende transações de capital realizadas com os acionistas, conforme descrito na Nota 11. 18.3. Reserva legal: O Estatuto Social do Grupo prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia destinou R\$4.407 para a Reserva legal. 18.4. Reserva de retenção de lucros: O lucro remanescente após distribuição de dividendos será destinado à formação da reserva de retenção de lucros, ressalvada deliberação em contrário da Assembleia Geral, conforme proposto ao Conselho de Administração. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia destinou R\$5.732 para a Reserva de retenção de lucros. 18.5. Dividendos Propostos: De acordo com o estabelecido no estatuto social do Grupo, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido ajustado, em conformidade com o artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Conforme acordo de acionistas, a Companhia não irá distribuir dividendos em 2023 e 2022. Os dividendos adicionais estão sujeitos à aprovação na Assembleia Geral Anual e não são reconhecidos como passivo em 31 de dezembro de 2023.

Table showing 19. Receita operacional líquida, categorized into Mensalidades de graduação, Mensalidades de graduação, and Mensalidades de graduação.

20. Custos e despesas por natureza: 2023 2022 2023 2022. Custos e encargos sociais 8.233 76.555. Depreciações e amortizações 426 42.412. Serviços de terceiros 526 19.032. Impostos e taxas 222 2.599. Propaganda e publicidade 88 8.476. Outros 82 3.752. Custo dos serviços Prestados 8.993 154.887. Despesas administrativas 654 82.795. Despesas comerciais 632 6.142. Outros 8.993 154.887.

Table showing 21. Resultado financeiro, including Receitas financeiras, Rendimentos de aplicações financeiras, Juros de clientes, and Outros.

22. Imposto de renda e contribuição social: Reconhecimento da despesa de impostos e contribuição social pelas alíquotas nominal e efetiva do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, estão demonstradas a seguir: 2023 2022 2023 2022. Lucros antes do IR e da CS 88.139 91.882. Alíquota combinada 34% 24% 34% 34%. IR e contribuição social (29.967) (31.240). Excluídas temporárias (1.508) (12.436). Incentivo fiscal Pronui (3.993) (3.743). Despesa de IR e contribuição social (35.473) (47.419). Outros 4.373 (6.410). Total 22.201 13.795.

Table showing 23. Depreciação, including Máquinas, equipamentos e aparelhos de laboratório, Móveis e utensílios, Equipamentos de informática, e Benefícios em imóveis de terceiros.

Table showing 24. Depreciação, including Máquinas, equipamentos e aparelhos de laboratório, Móveis e utensílios, Equipamentos de informática, e Benefícios em imóveis de terceiros.

Table showing 25. Depreciação, including Máquinas, equipamentos e aparelhos de laboratório, Móveis e utensílios, Equipamentos de informática, e Benefícios em imóveis de terceiros.

Table showing 26. Depreciação, including Máquinas, equipamentos e aparelhos de laboratório, Móveis e utensílios, Equipamentos de informática, e Benefícios em imóveis de terceiros.

27. Depreciação: Durante o exercício de 2023, a Companhia investiu R\$19.517 em benfeitorias para me-

